

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
THAIS GRAZIELA GALVÃO

**A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O
PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

PONTA GROSSA
2016

THAIS GRAZIELA GALVÃO

**A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O
PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia no Instituto Superior de Educação Sant'Ana.

Orientadora: Prof^a. Ms. Analia M^a de Fátima Costa

PONTA GROSSA
2016



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA
Rua Pinheiro Machado, n° 189 – Centro – Ponta Grossa – PR CEP 84.010-310
Telefone: (042-3224-0301) pedagogia@iessa.edu.br.


CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS GRAZIELA GALVÃO

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:


Profª Ma Anália Mª de Fátima Costa
Orientadora


Profª Ma Luciana Kubaski
Banca


Profª Ma Maria Elgane Maciel
Banca

Ponta Grossa, 21 de novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido dom da vida e ter permitido chegar até aqui, foram vários dias de luta, mas hoje só posso dizer obrigado!

A minha família que esteve comigo em todos os momentos de alegria, tristeza, choros, apreensão, nervosismo, foram grandes parceiros e amigos, pois me ampararam sempre que precisei.

Aos professores da Faculdade Sant'Ana que transmitiram todos os seus conhecimentos durante os anos de curso.

E a minha orientadora prof^a Analia Maria de Fátima Costa, que em nenhum momento deixou que eu me desanimasse e fez que eu seguir em frente, com meu projeto de conclusão de curso. Sempre me aconselhando e me acalmando, esses momentos jamais esquecerei! Você fez a diferença!

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a importância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula. O trabalho foi realizado por meio da pesquisa qualitativa, se utilizando de um questionário com questões abertas e fechadas, respondendo a seguinte problemática: Qual a contribuição dos jogos e brincadeiras para o processo de desenvolvimento e do ensino e aprendizagem de crianças na Educação

Infantil? A coleta de dados ocorreu em duas escolas da rede privada da cidade de Ponta Grossa-PR, no espaço da Educação Infantil. Os principais autores referenciados na pesquisa foram: Aries (1981), Arce (2004), Fontana & Cruz (1997) Kishimoto (2011), Jesus (2010). A partir dos dados analisados, constatou-se nas escolas pesquisadas que as professoras se utilizam dos jogos e das brincadeiras no dia a dia escolar, contribuindo para tornar o ensino e a aprendizagem dos alunos, mais prazeroso, eficaz e significativo.

Palavras Chave: Jogos. Brincadeiras. Educação Infantil. Ensino Aprendizagem. Professoras.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMATICA:	9
1.2 OBJETIVO GERAL.....	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	10

2- A CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E OS DIREITOS DA CRIANÇA.....	11
2.1 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INFÂNCIA.....	11
2.2- OS DIREITOS DA CRIANÇA E OS ENTRAVES DA LEGISLAÇÃO.....	14
3- AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRNCADEIRAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
4- METODOLOGIA	24
4.1. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	24
4.2 SUJEITO DA PESQUISA	25
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6- REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE.....	35
ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o brincar, o jogar estimulam no ser humano a imaginação, a expressão, a criatividade, diferentes maneiras de construir relações sociais, adquirir novos conhecimentos, enfim traduzem universos alegres e agradáveis às crianças, uma vez que os jogos e as brincadeiras de certa forma vão fazer parte da vida delas para sempre.

Segundo Jesus (2010. p 1), “o brincar na área da educação proporciona não só um meio real de aprendizagem como permite que os educadores desenvolvam sua percepção e aprendizagem [...]”.

Assim, constata-se que os jogos e brincadeiras são importantes para o processo ensino aprendizagem para a criança, como também servem para que os educadores tenham um olhar mais apurado nas vantagens de se ensinar brincando.

Ainda, para Jesus 2010

os jogos e as brincadeiras são apresentados para os alunos, e por si só já despertam a curiosidade, o que é positivo, pois a partir do momento em que a atenção é voltada para algo interessante para o aluno, seu tempo de atenção e concentração torna-se cada vez maior.

Dessa forma o jogo torna-se interessante pelo simples fato de ser um material diversificado que contribuirá para a aprendizagem.

De acordo com Arce (2004), “o jogo é um mediador nesse processo de autoconhecimento, por meio do exercício de exteriorização e interiorização da essência divina presente em cada criança, levando-a assim a reconhecer e aceitar a “unidade vital”.

O jogo possibilita o autoconhecimento da criança o seu eu interior pois, cada criança apresenta-se de maneira diferente, o que contribuirá na formação da personalidade, sua criatividade e imaginação.

Para Vygotsky 1988, apud FONTANA & CRUZ, p.123

a situação imaginária da criança decorre da ação da criança. Ou seja, a tentativa da criança de reproduzir as ações do adulto em condições diferentes em que elas ocorrem na realidade é a que dá origem a uma situação imaginária.

Assim, certifica-se que o brincar faz parte do imaginário da criança, onde ela imagina e brinca muitas vezes ao mesmo tempo. Essas ações são vivenciadas a partir da observação do cotidiano do adulto, vindo a ser reproduzidas pela criança, ocorrendo assim seu aprendizado ao longo de sua infância.

Piaget e Wallon (1978 apud KISHIMOTO, 2011, p. 41),

concordam que o comportamento lúdico provem da imitação que representa uma acomodação ao objeto. Entre os dois autores a imagem é considerada como um prolongamento do que é, na origem, a imitação do real. Ou seja, que a origem da representação esta na imitação.

Deste modo, nota-se que os dois autores concordam sobre a assimilação da criança, a qual para eles acontece através da imitação após uma observação de imagens e fatos, e a representação vem em seguida como algo apreendido.

As brincadeiras são de extrema importância na vida da criança, pois através delas pode-se aprender e assimilar simples regras de convivências, segundo Piaget (1989, p.52 apud FONTANA & CRUZ, 1997, p 121), “a brincadeira infantil é uma assimilação quase pura do real ao eu, não tendo nenhuma finalidade adaptativa”, daí a importância da criança brincar, pois, muitas regras ela assimila através das simples trocas com as brincadeiras.

Desse modo, certifica-se que o jogo, o brinquedo e a brincadeira fazem parte do cotidiano da criança, estimulando seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Assim, visando tornar o discurso da importância dos jogos e brincadeiras como coadjuvantes para o processo de desenvolvimento e do ensino e aprendizagem da criança, uma premissa verdadeira, esta pesquisa propõe uma investigação junto às professoras do Infantil V da Educação Infantil de duas escolas particulares de Ponta Grossa, com o intuito de comprovar a relevância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula.

1.1 PROBLEMÁTICA:

Qual a contribuição dos jogos e brincadeiras para o processo de desenvolvimento e do ensino e aprendizagem de crianças na Educação Infantil?

1.2 OBJETIVO GERAL

- Analisar a importância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a concepção de infância e os direitos da criança.
- Averiguar a inserção dos jogos e brincadeiras no ambiente da Educação Infantil como forma colaborativa da aprendizagem.
- Verificar como o professor trabalha com jogos e brincadeiras, no Infantil V da Educação Infantil em duas escolas particulares da cidade Ponta Grossa-PR.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está apresentado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda em termos gerais o tema em pauta, em seguida a problemática da pesquisa encerrando-se com objetivos de ordem geral e específicos.

No segundo capítulo será discutido sobre a concepção da Infância e os direitos da criança.

O terceiro capítulo descreve a importância dos jogos e das brincadeiras como colaboradores no processo de ensino e aprendizagem no contexto da Educação Infantil.

O capítulo quatro aborda a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, procedimentos adotados para a coleta de dados e análise dos resultados obtidos no estudo.

E no quinto e último capítulo tratar-se-á das considerações finais sobre a pesquisa.

2- A CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E OS DIREITOS DA CRIANÇA

2.1 – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INFÂNCIA

A busca por uma infância verdadeira para as crianças há tempos vem sendo discutida, trazendo à tona o conceito que as mesmas devem ser respeitadas indiferente de classe social, raça, cor, religião, etc., mas serem aceitas como são, de acordo com suas características e especificidades.

De acordo com Cohn (2009.p. 21), a ideia de infância é uma construção social e histórica do Ocidente, o modo de pensar a infância se deu a partir da elaboração ao longo dos tempos na Europa, na mudança da composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, com esse fato iniciou-se um novo olhar sobre a infância tão importante para a qualidade de vida da criança.

Segundo Aries 1981,p.40

numa miniatura francesa do fim do século XI, as três crianças que São Nicolau¹ ressuscita estão representadas numa escala mais reduzida que os adultos, sem nenhuma diferença de expressão ou de traços.

Tornando-se assim visível que a criança daquela época, além de não ter a infância reconhecida, também não se dava importância às suas características e especificidades, além de ter representada a sua nudez como algo comum.

O autor relata ainda que essas características acima à respeito das crianças, continuaram até o século XIII, onde não se existia imagens de crianças com suas próprias características, elas eram representadas como um adulto em corpo de criança, indiferente da classe social que pertencessem.

Para Aries (1981, p. 40), “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”, ou seja, não teria o

¹ São Nicolau nasceu durante o século III na vila de Patras. Na época pertencia a Grécia, agora é a costa sul da Turquia. Seus pais ricos o educou para ser um cristão devoto e morreram em uma epidemia com Nicolau ainda jovem, Nicolau usou toda sua herança para ajudar os necessitados, doentes e sofredores. Dedicou sua vida servindo a Deus se tornando bispo de Myra, ainda jovem. Bispo Nicolau ficou conhecido em todo o país por sua generosidade aos necessitados, seu amor pelas crianças. O bispo Nicolau sofreu pela fé, foi exilado e preso. Faleceu em 6 de dezembro em Myra no ano de 343 dC.

Acessado em 07 de julho de 2016. Disponível em: <<https://elianaalara.wordpress.com/2010/12/09/a-verdadeira-historia-de-papai-noel-sao-nicolau/>>

porquê de se preocupar com as necessidades da criança, pois logo ela cresceria e a infância ficaria para trás.

Segundo o autor supracitado, ainda no século XIII, começa-se a representação das crianças com o sentimento mais moderno e angelical como as de Versalhes² onde as crianças ajudavam o padre na realização das missas, dando outra visão de infância para a criança, deixando de lado o sentido de que a criança não teria importância e passa a representá-la com um significado, em um ambiente onde muitas pessoas participavam.

Assim, entre o século XV sobretudo, no século XVI a forma medieval de ver a criança começa a se diferenciar, pois agora nas pinturas ela aparece com sua família, a criança com seus companheiros de jogos, muitas vezes adultos, a criança na multidão, mas "ressaltada" no colo de sua mãe ou segura pela mão, ou brincando (ARIES, 1981.p.43), deixando agora de ser relacionadas a nudez ou ao ser angelical.

Verifica-se que a forma da criança ser representada muda, porém ela está sempre misturada ou envolvida com outros adultos, e não com crianças de sua faixa etária.

A partir do século XVII, Aries (1981) relata que a criança começa a ser retratada sozinha com suas próprias características, pois as famílias começam a sentir interesse em ter retratos dos seus filhos, as pinturas eram realizadas de crianças sozinhas ou de várias crianças juntas da mesma família. Neste século a criança começa a ser vista como ela realmente é, também passa a ser entendida com suas características próprias da idade. Neste mesmo século

Entre os séculos XIX e XX a infância começa a tomar um lugar de fundamental importância para a família e à sociedade, pois a partir desse momento se pensa na criação de um espaço para essa criança, onde além de brincar ela irá se desenvolver. (ARIES, 1891.p.52)

²Versalhes: Cidade localizada no subúrbio de Paris. Acessado em 07 de julho de 2016. Disponível em:< <http://espacodahistoriasempre.blogspot.com.br/p/historia-do-palacio-de-versalhes.html>>

Neste sentido, começa-se a pensar na criança de forma diferenciada, passando a existir uma preocupação em relação ao seu desenvolvimento e crescimento, respeitando as características e especificidades da idade assim,

cria-se as primeiras instituições destinadas, inicialmente, para o cuidado e a assistência às crianças órfãs, filhas da guerra ou do abandono produzido pela pobreza, miséria e movimentos migratórios. Assim com influência da Europa na metade do século XIX, se dá início nas instituições de educação infantil". (AHMAD, 2009, s/p....)

Como citado acima as primeiras instituições não teriam como dever principal de educar e sim de assistencialismo, pois eram crianças de todos os tipos (órfãs, abandonadas, filhas da guerra...) que ali se apresentavam, mas ao longo do tempo essa perspectiva de assistencialismo mudou, e deu-se início as instituições de educação infantil.

Segundo Ahmad (2009, s/p)

[...] ao longo do século XX, a educação infantil foi produzida e evoluiu de diferentes formas, sob a influência de diferentes pedagogos ou educadores, a começar com Froebel (1782-1852), conhecido pela criação dos jardins de infância. Este pedagogo, enfatizava a importância do jogo e do brincar no processo de desenvolvimento infantil, sendo por isso, notoriamente o precursor de uma pedagogia diferenciada para a educação das crianças e dos mais velhos, agrupando-os em diferentes faixas etárias.

Com a criação dos jardins de infância de Froebel (1782-1852), se tem os primeiros momentos de ensinamentos através dos jogos, tão importante para o processo de ensino e aprendizagem, visto que esta prática pedagógica é utilizada até hoje, seja pelo modo diferenciado de ensinar, assim como um material de apoio à retomada dos conteúdos.

A partir desse momento se faz a separação das crianças por faixa etária, como afirma Kulhmann Jr. (1998, p,7) "os pequenos, de 0 a 3 anos, frequentariam as creches e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas".

Porém era preciso de uma legislação que estivesse a favor dessas crianças e que amparasse seus pais, como direito de uma vaga em uma instituição, assim os pais e as mães poderiam ir trabalhar e seus filhos ficariam em um lugar apropriado.

Ahmad (2009, s/p) afirma que era preciso que os órgãos governamentais reconhecessem esse direito, e isso se deu no contexto brasileiro a partir da:

Constituição de 1988, culminando no reconhecimento da Educação Infantil como um direito da criança, e não mais da mãe ou do pai trabalhadores. A partir daí a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser legal, e um dever do estado e direito da criança (artigo 208, inciso IV). Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei número 9394/96, a Educação Infantil passa a ser, legalmente, concebida e reconhecida como etapa inicial da educação básica. Devido a este quesito, das creches foi retirado seu caráter de assistencialismo em contraponto ao caráter educacional das pré-escolas, transformando-as em escolas infantis, ou instituições de atendimento à criança de zero a cinco anos; a diferença fundamental de outrora está na subdivisão por faixas etárias, ou seja: a creche é para crianças entre zero e três anos, enquanto a pré-escola atende às crianças entre quatro e seis anos de idade.

Com o reconhecimento da Educação Infantil as crianças passam a ter um espaço dedicado a elas, com separação de faixa etária e reconhecida como etapa inicial da vida escolar da criança, o seu caráter é modificado deixa de ser assistencialista e passa a ser educacional.

2.2- OS DIREITOS DA CRIANÇA E OS ENTRAVES DA LEGISLAÇÃO

Em relação aos direitos da criança e a legislação que lhes assegura esses direitos, o próprio contexto histórico apresenta um cenário de mudanças constantes em relação a efetivação e cumprimento da lei.

Os direitos de infância que asseguram as crianças e os jovens, no Brasil tem seu início em 1823, quando houve a necessidade de ser criada a primeira Constituição Brasileira em 1824, onde coube a José Bonifácio de Andrade e Silva (1763- 1838) a apresentação do primeiro Projeto de Lei em relação à criança e a escravidão. Porém, esse projeto não expressava o direito da criança, e sim a manutenção de mão de obra escrava, não apresentando direito algum sobre o menor de idade. Como afirma Kaminski (2002.p.15) “esse projeto entretanto, caracterizava-se mais como uma forma de manutenção da mão de obra escrava do que como um meio para assegurar direitos humanos a essa criança”.

Não obtendo uma segurança para as crianças e nem aos escravos, com o projeto de lei elaborado por José Bonifácio, em 1830 cria-se o Código

Criminal do Império, através da Lei de 16 de dezembro de 1830, que entre outros tratava também sobre a criança e ao menor, porém, referia-se ao menor criminoso, que cometesse ato infracional com idade acima de 14 anos até 21 anos.

A referida Lei de 16 de dezembro de 1830, também vigoraria para crianças menores dessas idades, como trata os artigos a seguir:

Art.10, 1º- Os menores de quatorze anos não serão julgados como criminosos, não podendo serem submetidos às penas criminais (...)

Art.13- Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correções, pelo tempo ao juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda à idade de dezessete anos (...) (KAMINSKI (2002.P.16),

Dessa forma as crianças menores de idade que cometessem ato infracional teriam que ser recolhidas em um espaço que fosse determinado a elas pela faixa de idade, no caso seriam as casas de correções, lá ficariam o tempo que fosse determinado pelo juiz, cumprindo assim sua pena.

A partir 1860, inicia-se novas ideias de proteção à criança na área penal, a lei de 12 de junho de 1862, criada pelo senador Silveira da Mota (1811- 1893), assegura a proteção à criança, assim descrito:

Ficava proibida (...) em qualquer venda (de escravos), separar o filho do pai e o marido da mulher. A segunda norma se referia a criança brasileira era então efetivamente a primeira norma em sua proteção- de seu direito ao convívio familiar e comunitário". (KAMINSKI, 2002.p.17)

Com esse direito assegurado a criança poderia crescer e se desenvolver junto à sua família, porém, não bastava somente a efetivação da lei, pois o direito era mínimo pelo fato de ainda se manter a escravidão no Brasil.

Após 10 anos se dá a aprovação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, onde nascidos de mães escravas seriam considerados livres. Mas essa lei ainda teria alguns contrapontos, como afirma Kaminski (apud Veronese, 1999,p.12):

A citada Lei do Ventre Livre era bem menos liberal do que apresentava, pois a liberdade concedida aos nascituros era acompanhada de uma série de clausuras restritivas. A Lei estipulava, por exemplo, que o menor deveria permanecer sob a autoridade do senhor (proprietário de escravos) e de sua mãe, que juntos deveriam educa-lo até a idade de 8 anos. Atingida esta idade, o proprietário da mãe escrava teria duas opções: poderia receber do Estado uma

indenização de 600 mil-réis pagos em títulos do Estado, a 6% no prazo de trinta anos ou se utilizar dos serviços do menor até que este completasse 21 anos. Quase sempre, o senhor preferia ficar com a criança negra, uma vez que a Lei não determinava o número de horas de trabalho, o regime sanitário ou a alimentação que deveriam receber estes “escravos livres”.

No entanto, a referida Lei não protegia totalmente a criança, mesmo sendo “livre” ainda teria que viver sob guarda do senhor da fazenda, ou seja, ela não era livre, continuava sendo escrava, além disso a Lei era falha, pois em nenhum artigo esclarecia sobre horas de trabalho, muito menos as condições que o mesmo deveria ocorrer. Dessa forma esta lei em si, não trouxe os benefícios esperados para o menor.

Como as Leis da época não atendiam as expectativas esperadas em relação à criança, foi criado o segundo Código Penal da República ou Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que em seu art.30, dispõe:

(...) os maiores de nove anos e menores de quatorze anos que tivessem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimento disciplinar industrial, pelo tempo que ao juiz parecer conveniente, contanto que o recolhimento não exceda à idade de dezesseis anos. (KAMISNKI, 2002,p.20)

Este Código penal, não veio beneficiar as crianças, e sim as indústrias, uma vez que as crianças trabalhariam como mão de obra escrava e barata, favorecendo o capitalismo.

Após a chegada da República no Brasil em 1889, se começa a ter um novo olhar sobre a criança, mas, ainda não se pensa nos direitos da criança e sim, nos atos da sociedade e do estado referente as ações que se tomavam perante as atitudes da criança.

A partir do século XX muitos projetos relacionados ao menor foram criados, porém a maioria tratava da criança como criminosa, dessa maneira apenas se punia, não resguardando os direitos dos menores.

Kaminski (2002,p.23), relata que a Lei Federal nº 4.242/21 de 1921,foi uma das mais benéficas à criança em relação as práticas do crime, pois :

[...] fixou a idade de imputabilidade³ penal aos 18 anos; garantiu aos menores dessa idade um processo especial; previu o cumprimento da

⁵ Segundo o dicionário Scottini (2009,p.307) imputabilidade significa: culpa, culpabilidade.

pena em separado dos adultos; além de ter eliminado a utilização do critério do discernimento para a aferição da responsabilidade criminal do menor de 14 anos, passando a considerá-lo totalmente improcessável e irresponsável.

A partir, dessa lei fica claro que o menor não poderia ser responsabilizado pelos seus atos, tendo suas penalidades diferenciadas das dos adultos.

Em 1923, por meio do Decreto nº 16.277, de 20 de dezembro, cria-se o Juizado Privativo de Menores na cidade do Rio de Janeiro, em seu art. 37 dispõe: [...] aprovou o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes. (KAMINKI, 2002,p. 24)

Culmina-se assim, a partir do referido decreto a proteção às crianças abandonados criando-se um lugar seguro de moradia.

Com o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) se cria a Carta Brasileira de 1934, onde proíbe qualquer tipo de trabalho para os menores de idade, propondo em seu art. 121, parágrafo 1º, letra d:

“A Carta brasileira de 1934- promulgada durante o primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, refere-se à criança e ao adolescente, a defesa e a proteção de seus direitos, proibindo todo tipo de trabalho aos menores de 14 anos, o trabalho noturno aos menores de 16 anos e o trabalho insalubre aos menores de 18 anos de idade. (KAMISNKI, 2002,p. 27)

Logo no seu primeiro mandato novo presidente se mostra interessado nos direitos da criança, cooperando assim com aqueles que eram escravos tanto em fazendas como nas indústrias.

Em relação a Constituição Federal de 1988, Kaminski, (2002,p.33), relata:

À criança e ao adolescente a Carta Nacional de 1988 poder se considerada a maior de todas as conquistas, tendo introduzido o Novo Direito da Criança e do Adolescente (Art. 227 da CF). Da constituição extraem-se inúmeras inovações e proteções á criança e ao adolescente, desde o direito á filiação (Art. 227) até o direito ao voto e o direito á amamentação do filho de presidiárias. Mas os maiores benefícios dessa lei são mesmo os da essência da nova concepção decorrente da adoção da Doutrina da Proteção Integral, que vê a criança e o adolescente como sujeitos e credores de direitos, os quais lhes devem ser assegurados com absoluta prioridade.

Tudo o que era necessário e de interesse dos menores e de seus pais, vem sendo apresentado na Constituição em vigor de 1988, seus direitos e deveres, desde a escola até mais tarde na participação integral do voto. Essa

constituição traz deveres não só aos pais, mas também a comunidade e a sociedade em geral.

Ainda, no tocante a Constituição Federal de 1988, se estabelece no art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito á vida, á saúde, à alimentação, á educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, à dignidade, ao respeito, á liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Verifica-se, a partir da Lei que é dever não só da família como da sociedade e do estado proteger essa criança ou esse menor de toda e qualquer forma de violência, crueldade, agressão e trabalho escravo principalmente o que ocorreu por muitos e muitos anos. Também dar subsídios para o seu crescimento e desenvolvimento de forma integral com saúde, alimentação, cultura, lazer, entre outras formas de cuidados.

E em 1990 se deu a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, reiterando a proteção à criança e ao adolescente:

“Pela publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto foi a lei complementar que surgiu para regular os dispositivos da área de proteção á infância e á juventude (Art.24XV da CF). O Estatuto faz parte da normatização brasileira decorrente da Convenção Internacional da ONU, que entre nós estabelece as bases da Doutrina de Proteção Integral, na qual são reconhecidos com absoluta prioridade os direitos das crianças e dos adolescentes, com primazia de proteção, precedência de atendimento, preferência nas políticas públicas e privilegiada destinação de recursos. (KAMISNKI, 2002, p.34)

O Estatuto vem respaldar a Constituição Federal Brasileira, no sentido de assegurar os direitos e os deveres do menor, destacando os deveres da família, da comunidade, da sociedade e dos poderes públicos.

E por fim se cria o Conselho Tutelar que também vem para a proteção integral do menor, disposto no Art 131 do Estatuto da Criança e do adolescente: “é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. (KAMISNKI, 2002.p.35).

Dessa forma, constata-se que toda essa legislação vem favorecer os direitos da criança e do adolescente, no entanto, não garante que esse direito seja assegurado e colocado em prática em todas as instâncias.

Neste sentido, se faz necessário um olhar mais apurado nos direitos da criança e de suas principais necessidades e assim ter um entendimento mais sensível sobre a infância que resulta no envolvimento da criança em relação a si mesma e a construção de seu processo biopsicossocial, que pode entre outros, acontecer por meio de jogos, brincadeiras em seu contexto familiar e escolar, os quais colaboram de forma harmoniosa para seu desenvolvimento e aprendizagem.

3- AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É de conhecimento que o jogo trazido para dentro da sala de aula colabora como ferramenta metodológica no auxílio do processo de aprendizagem da criança, de acordo com Fontana & Cruz (1997, p.119) “na sala de aula, crianças reunidas em pequenos grupos estão concentradas em jogos que a professora escolheu para ajudá-la a ensinar algum conteúdo”. Com esta prática utilizada em sala de aula, o jogo vem contribuir com o trabalho do professor, no sentido de tornar o conteúdo a ser trabalhado com as crianças mais agradável e prazeroso, colaborando também na interação entre os pares e na concentração.

O jogo por ele mesmo já apresenta um diferencial nas aulas, basta apenas os professores saberem conciliar esse recurso:

O jogo, por si só, é repleto de motivação e desafio, e é isso que concorre para que ele seja de grande valia para a educação, pois a solução de problema, que é parte do jogo mexe com as habilidades básicas, ajudando a desenvolver as habilidades superiores (SANTOS, 2014,p.23).

Dessa maneira, entende-se que o jogo no início desenvolverá no aluno as habilidades básicas, mais tarde transformadas em habilidades superiores, decorrente do nível de dificuldades apresentadas pelos jogos.

De acordo com Moratori (2013,p.12), “as crianças pequenas aprendem muito, apenas com a ação nos jogos”, desse modo é certo, que o jogo trazido para a sala de aula apresenta resultado positivo com todos os alunos indiferente da faixa etária.

Para Fontana & Cruz (1997,p.120),

[...] Existe ainda a concepção segunda a qual “brincando a criança aprende”, que pode ser traduzida em métodos educacionais que valorizam a brincadeira e procuram evitar uma distinção rígida entre o jogo e “tarefas sérias”. Nesse caso, os jogos podem ser introduzidos como recurso didáticos importantes, ou, então, especialmente na pré-escola, todo trabalho pedagógico pode basear-se na brincadeira.

Dessa forma nota-se que o jogo introduzido nas salas de aula tem um efeito positivo, pois brincando a criança aprende, assim o jogo deixa de ser

destinado somente para momentos de distração e passa a ser visto como coadjuvante na aprendizagem.

Neste mesmo sentido, Bomtempo (1977,p.3), colabora, relatando que,

O brincar dirigido prevalece em detrimento do brincar espontâneo. Os professores devem começar a ver a criança pequena como um ser que necessita de novas informações através de experiências concretas, vendo a si mesmos como facilitadores.

Pelo fato do jogo ser um instrumento concreto onde a criança pode tocar e sentir ele facilita a aprendizagem da criança, sem mencionar que trás consigo diversas maneiras de aplicação fazendo com que o entusiasmo da criança aumente.

A importância da introdução dos jogos e das brincadeiras na educação infantil vem sendo afirmada também por Kishimoto (2010,p.1):

Todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras. Pela diversidade de formas de conceber o brincar, alguns tendem a focalizá-lo como característico dos processos imitativos da criança, dando maior destaque apenas ao período posterior aos dois anos de idade. O período anterior é visto como preparatório para o aparecimento do lúdico. No entanto, temos clareza de que a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade [...]

Dessa forma, fica claro que o brincar desenvolve na criança várias habilidades pelo fato da interação com o outro e também por se dar nos primeiros momentos de sua infância, onde ele começa a aprender coisas novas.

Elkonin (2009,p.99), também trata como relevante a introdução do jogo no contexto escolar, visto que “reside nesse fato a tese de que o jogo é fruto da relação entre a criança e o adulto, mais precisamente, da influência educativa que os adultos exercem na relação com a criança”, por esse motivo que se torna importante a interação não só entre as crianças mas também a interação do adulto, neste caso o professor, pois é ele quem traz os comandos para que o jogo seja de grande valia no processo de aprendizagem da criança.

Da mesma forma nos traz Kishimoto (2010,p.3):

[...] O brincar interativo com a professora é essencial para o conhecimento do mundo social e para dar maior riqueza,

complexidade e qualidade às brincadeiras. Especialmente para bebês, são essenciais ações lúdicas que envolvam turnos de falar ou gesticular, esconder e achar objetos.

É nessa fase que o professor deve saber que tipo de jogo deverá aplicar às crianças, oportunizando a interação entre os pares e com a própria pessoa do professor, conseqüentemente a aprendizagem vai acontecer.

Para isso é necessário que tenha em mente o que se quer com os jogos em sua sala de aula como explana Santos (2014,p.26):

O educador precisa buscar a sua formação pessoal, isto é, vivenciar atividades lúdicas que lhe permitam experimentar, descobrir, criar, aprender, conhecer as possibilidades do jogo para si próprio e não apenas jogar como se fosse uma criança ou voltar a infância... O jogo na escola precisa ser visto como atividade do aluno e do educador.

Assim, fica claro que o professor dentro de sua sala de aula deve saber o que está aplicando para seu aluno, não apenas “dar” o jogo sem um objetivo, pelo contrário, ele deve ter claro o que busca com a aplicação desse material e também deve saber mediar a utilização do mesmo.

Bomtempo (1999), relata que quando introduzimos os brinquedos, as brincadeiras no currículo escolar, há necessidade de se ter um espaço e materiais adequados, que levam a propiciar a interação entre os pares e o entendimento pelos professores das diferentes maneiras de se brincar, de acordo com cada momento, desse modo, é preciso que o professor saiba avaliar as diferentes formas de brincar de seus alunos, os quais apresentam-se de diferentes maneiras respeitando o tempo de seu aluno.

Além disso, o professor deve saber controlar e avaliar quanto tempo irá utilizar para aplicação desses jogos em sua aula, pois se não souber aliar o jogo a aula, ele poderá perder tempo e não trará benefício algum, pois segundo Moratori apud Grandó (2013,p.13):

[...] o tempo gasto com as atividades de jogo em sala de aula é maior e, se o professor não estiver preparado, pode existir um sacrifício de outros conteúdos pela falta de tempo; as falsas concepções de que devem ensinar todos os conceitos através dos jogos. Então, as aulas, em geral, transformam-se em verdadeiros cassinos, também sem sentido algum para o aluno.

Por esse motivo, é preciso que o professor saiba utilizar essa ferramenta a seu favor, como também das crianças, para que venha acontecer a efetivação e consolidação da aprendizagem dos conteúdos propostos em sala de aula.

Com isso, verifica-se que o jogo sem objetivo definido, não traz benefício algum para os alunos, ao contrário, perde sua função, uma vez que se bem utilizado, torna-se uma ótima ferramenta de ensino, possibilitando uma melhor compreensão e assimilação dos conteúdos programáticos.

Assim, o jogo quando bem trabalhado em sala de aula, vem contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem da criança.

4- METODOLOGIA

O presente trabalho foi escrito a partir, de uma abordagem qualitativa que segundo Gil (2008), caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois, visa descrever as características de determinadas populações, sendo uma de suas peculiaridades a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática.

O presente projeto teve como meta responder a problemática: Qual a contribuição dos jogos e as brincadeiras para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças na Educação Infantil? E como objetivo geral: analisar a importância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula, utilizou-se a pesquisa qualitativa, pois privilegia a análise dos sujeitos envolvidos, não se restringindo apenas ao objeto da pesquisa. Como procedimentos técnicos, foi realizada observação em duas salas de Infantil V de duas escolas particulares de ensino, na cidade de Ponta Grossa Pr. Também, foi aplicado um questionário (Apêndice I) às professoras, com 5 (cinco) questões abertas e 2 (duas) fechadas, como complemento da pesquisa.

Para aprofundamento do tema foi utilizado um referencial teórico, embasado nos seguintes autores: Aries (1981), Arce (2004), Bomtempo (1977), Elkonin (2009), Fontana & Cruz (1997), Jesus (2010), Kishimoto (2011), Moratori (2013), Santos (2014).

Através desta pesquisa constatou-se a importância da contribuição dos jogos e brincadeiras como ferramenta auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento de crianças da Educação Infantil, comprovada a partir das respostas dadas pelas professoras participantes da pesquisa como também do estudo dos diferentes autores que pautam sobre a temática.

4.1. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A presente pesquisa aconteceu em duas escolas de Educação Infantil da rede privada da cidade de Ponta Grossa-Pr, no mês de julho de 2016.

4.2 SUJEITO DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras do Infantil V da Educação Infantil, as quais serão mencionadas da seguinte maneira:

- P1 – para a professora da escola x
- P2 – para a professora da escola y

As considerações das participantes da pesquisa apresentadas ao longo do texto serão destacadas em fonte itálica e entre aspas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu a partir da averiguação das respostas coletadas por meio de questionários com 05 (cinco) perguntas abertas e 02 (duas) perguntas fechadas, destinado à duas professoras, de duas escolas de rede particular da cidade de Ponta Grossa-Pr, em relação “a importância dos jogos e brincadeiras para o processo de aprendizagem na Educação Infantil”.

Na pergunta de número 01 perguntou-se: como participante ativa do desenvolvimento de seu aluno, você considera importante a utilização dos jogos e brincadeiras dentro da sala de aula? Por quê? Ao que foi respondido:

P1: “Sim, os jogos e as brincadeiras são ferramentas didáticas que contribuem não somente para o processo de desenvolvimento da criança como também propicia momentos de alegria e entretenimento; é fundamental esse trabalho no contexto escolar”.

P2: “Sim, os jogos e as brincadeiras devem fazer parte do cotidiano das crianças através deles, a criança pode estimular o desenvolvimento do seu lógico, cooperação, criatividade, coordenação, imaginação e socialização”.

Com os relatos acima, verifica-se que as professoras P1 e P2 concordam sobre a importância da inserção dos jogos para aprendizagem da criança, pois acreditam que ajudam na assimilação dos conteúdos, na socialização e até mesmo como entretenimento entre eles.

Brasil (apud ROMERA et al, 2007); LEAL, ALBUQUERQUE e LEITE, 2005: “Isto porque a brincadeira proporciona à criança o envolvimento em situações favoráveis à aquisição de regras, à expressão de seu imaginário, à

apropriação e exploração de seu meio e esses são aspectos importantes na aquisição de conhecimentos”.

Assim descrito, reforça-se a importância da inserção dos jogos e brincadeiras como uma rica ferramenta na sala de aula, pois colabora para a aprendizagem da criança.

Quanto a pergunta de número 02 foi feito o seguinte questionamento: você utiliza jogos e brincadeiras em suas aulas? Em quais momentos? Nesta pergunta obteve-se as seguintes respostas:

P1: “Sim, sempre que o conteúdo possa ter ligação com tal ferramenta; quando trabalho numerais (bingo dos números), quando apresenta uma nova letra (forca- bingo de letras); esses são alguns exemplos, eles podem acontecer diariamente visto a necessidade de intensificar o conhecimento apresentado aos pequenos”.

P2: “Sim, nas incentivações antes das aplicações dos conteúdos e depois dos mesmos. Pois os jogos e brincadeiras fazem parte do cotidiano dos alunos.

Ambas relatam que utilizam os jogos em suas salas de aula e que são aplicados em momentos antes e depois das realizações de atividades, como início de um novo conteúdo e também como retomada dos mesmos.

Para Jean Piaget (p.25, apud ALMEIDA, 2003), os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual”

Assim, nota-se que a utilização dos jogos é importante e devem ser trazidos para a sala de aula para o desenvolvimento intelectual dos alunos, e não serem utilizados apenas nos momentos de interação dos pequenos.

Em relação a pergunta número 3 teve-se o seguinte questionamento: os alunos gostam da inserção dos jogos e das brincadeiras durante as aulas? Como eles se comportam? As professoras responderam:

P1: “Sim, são participativos, respeitam as regras, demonstram maior atenção; além de se divertirem muito!”

P2: “ Sim, eles são participativos, porém devemos sempre aplicar as regras para não criarem conflitos. Desta forma a aprendizagem é mais significativas.

Tanto a P1 como a P2 são unânimes em responder que os alunos participam ativamente quando se utilizado o jogo e a brincadeira em sala de

aula, porém a P2 reforça a necessidade de serem seguidas regras para evitar conflitos entre os pares.

De acordo com Santos (2014,p.22),

deve ficar claro que ao trabalhar com jogos, brincadeiras e dinâmicas o educador não está apenas ensinando conteúdos conceituais, está também educando as pessoas integralmente, tornando-as mais humanas através do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral.

O jogo introduzido dentro da sala de aula não tem o intuito apenas de ensinar os conteúdos curriculares formais, e sim trazer esses jogos para o cotidiano do aluno, fazendo com que ele se desenvolva de maneira integral.

Na pergunta 04 averiguou-se o seguinte: Qual a frequência que você utiliza os jogos e as brincadeiras em sua sala de aula? Obteve-se as

respectivas respostas:

P1:

1 a 2 vezes por semana

2 a 3 vezes por semana

3 a 4 vezes por semana

Todos os dias.

P2:

1 a 2 vezes por semana

2 a 3 vezes por semana

3 a 4 vezes por semana

Todos os dias.

Nesta pergunta a P1 relata que a frequência que utiliza os jogos e as brincadeiras varia de 2 a 3 vezes na semana e a P2 todos os dias. A partir das respostas das professoras, percebe-se que estas acreditam na inserção do jogo e da brincadeira no contexto escolar, pois fazem disso uma prática quase que diária, comungando com Vygotsky (apud KISHIMOTO, 2005) quando descreve que ao brincar, a criança movimenta-se em busca de parceria e na exploração de objetos, comunica-se com seus pares, se expressa através de múltiplas linguagens, descobre regras e toma decisões.

Essa é a real importância do jogo, fazer com que a criança busque respostas para as suas brincadeiras através de colegas, pela exploração de objetos e pelas próprias regras.

No tocante a pergunta 05 perguntou-se: quanto a sua opinião em quais disciplinas os jogos e as brincadeiras são mais eficazes para a melhor compreensão e assimilação dos conteúdos?

P1: “Todas as disciplinas podem apresentar grandes resultados com jogos e brincadeiras inseridos na metodologia de ensino; porém em minha sala de aula matemática e português são as disciplinas que percebo maior e mais rápida assimilação”.

P2: “Acredito que em todas as disciplinas, pois, os jogos como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento, passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado do ensino”.

Nesta pergunta ambas as professoras concordam que os jogos e brincadeiras podem ser utilizados em todas as disciplinas como promotor coadjuvante no processo de aprendizagem. No entanto particularmente a P1 dá o depoimento que nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que ela percebe uma assimilação mais rápida a partir dos jogos e brincadeiras, reiterando a fala de Vygotsky (apud Rosa, Brainer, Cavalcante, 2012, p.7):

A apropriação do repertório de brincadeiras e jogos que constituem o patrimônio cultural, bem como as atividades lúdicas, são um bom caminho para que as crianças, em interação com pares e utilizando estratégias cognitivas, desenvolvam as funções mentais superiores associadas ao pensamento e à linguagem

Desse modo, certifica-se mais uma vez que o jogo vem a favor do crescimento da criança, desenvolvendo-a de várias maneiras, seja pela função intelectual como na função da linguagem, pois as duas necessitam de estratégias para que o desenvolvimento através do jogo torne-se efetivo no aprendizado da criança.

A pergunta 06 apresentou-se em dois momentos: você percebe que os alunos aprendem melhor através do lúdico?

As respostas foram as seguintes:

P1: “

(X) sim

() não

De que forma?

“Todo aluno que brinca, aprende. Seja no faz-de-conta, num jogo, pulando amarelinha; através do lúdico as crianças inventam, criam e recriam situações

cotidianas, assim desenvolvem habilidades e competências necessárias para seu crescimento escolar”.

P2: “

(X) *sim*

() *não*

De que forma?

“De acordo com Celso Antunes, pode-se afirmar que a ludicidade do jogo proporciona momentos mágico e único na vida do indivíduo, pois no mesmo instante que diverte ensina a desenvolver o raciocínio e a criatividade além de obter responsabilidade diante da situação colocada a ele”.

Ao analisar as respostas verifica-se que no primeiro questionamento ambas as professoras, responderam “sim”, que os alunos aprendem melhor com a utilização do lúdico em sala de aula. Quanto ao segundo questionamento a P1, relata que as crianças aprendem através do faz de conta, com os jogos, inventam, criam, enfim desenvolvem suas habilidades e competências para aprender, mas não concretiza a resposta de que forma ela percebe que seus alunos aprendem por meio do lúdico. A P2 também não responde a contento o segundo questionamento “de que forma”, pois resumiu-se a fazer uma citação de Celso Antunes.

Mesmo com as respostas um tanto vagas, é propício dizer que torna-se gostoso ensinar através dos jogos, pois é uma forma diferenciada de se trabalhar com conteúdos curriculares.

Segundo Santo & Silva (2009,p.18) “o brincar é um importante processo psicológico, fonte de desenvolvimento e aprendizagem. De acordo com Vygotsky (1987, p. 35), o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos”.

O brincar não desenvolve a criança apenas em suas atividades diárias de sala de aula, pelo contrário à desenvolve de forma integral, como na criação de fantasias da realidade, nas relações sociais como outras crianças e até mesmo os adultos.

Na última pergunta a de número 07, foi perguntado: na proposta pedagógica da escola é contemplado os jogos e o brincar como instrumento de aprendizado dentro da sala de aula? De que maneira?

Foram apresentadas as seguintes respostas:

P1: “Sim, o brincar é fundamental para a infância de uma criança, visto que é na infância que formamos a personalidade dos nossos pequenos então esse “passar” pela escola na educação infantil, deve ser extremamente lúdico, prazeroso e encantador para cada aluno”.

P2: “Sim, a proposta é fundamentada no construtivismo e orienta os docentes a utilizarem os jogos e brincadeiras como método, para construção do conhecimento dos alunos”

Verificando as respostas dadas, constata-se que ambas as professoras asseguram que na proposta pedagógica de suas escolas é contemplado a inserção do lúdico como complemento metodológico no processo de ensino e aprendizagem, comungando com a premissa de Kishimoto (1994, p.18) “ o jogo educativo, metade jogo e metade educação, toma o espaço da escola maternal francesa a tal ponto que Chamboredon e Prévot (1986) chegaram a dizer que esta se transforma em um grande “brinquedo educativo”.

Ou seja, o jogo traz consigo um grande valor educacional cabe aos educadores saberem utilizá-los para que possam contribuir para o aprendizado de seu aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como intuito analisar a importância da inserção dos jogos e das brincadeiras para o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Para isso, foi aplicado um questionário, para duas professoras da rede privada da cidade de Ponta Grossa-PR, onde as mesmas puderam expor suas opiniões em relação a importância desse instrumento em suas metodologias de trabalho.

Desse modo, verificou-se que para as professoras entrevistadas o jogo é um aliado na aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos, pois a partir deste, as mesmas conseguem trabalhar diversos conteúdos dentro da sala de aula. Também utilizam o jogo nos momentos de interação entre as crianças, na retomada de conteúdos e até mesmo nos momentos de descontração.

Após a análise de dados e o estudo do discurso dos diferentes autores sobre a temática constatou-se a importância que os jogos e as brincadeiras têm em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos, pois é uma forma diversificada de ensinar e aprender e com a inserção dos mesmos as crianças apresentam maior curiosidade em aprender, assim como a assimilação dos conteúdos torna-se maior.

Porém, para que esse instrumento de trabalho se torne um aliado do professor, é preciso analisar alguns pontos e criar algumas estratégias que venham auxiliar essa metodologia, por exemplo, professor deve saber utilizar esse material, para que não se torne apenas um momento de lazer, mas uma oportunidade de aprendizagem, assim como deve ser aplicadas regras para que o material possa ser utilizado da melhor maneira possível no processo de ensinar e aprender.

Dessa maneira os objetivos da pesquisa foram alcançados com grande sucesso, pois através dos questionamentos levantados, se pode constatar a maneira pela qual cada professora utiliza esta ferramenta em suas aulas.

Assim, conclui-se que a utilização dos jogos e brincadeiras em sala de aula, traz um aprendizado prazeroso para as crianças, pois aprendem brincando.

No entanto, é certo, que tanto os jogos, quanto qualquer outra ferramenta pedagógica, somente serão eficazes na medida em que o professor saiba ser o mediador desse processo.

6- REFERÊNCIAS

AHMAD, L. **Um breve Histórico da infância e da instituição de educação Infantil**, São Paulo. Acessado em: 28 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/historicodainfancia.asp>>

ALMEIDA, P. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.

ARCE, A. **O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel**. Scielo, 2014. Acessado em: 05 Junho de 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20089.pdf>>.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**, 2ª Ed. Editora S.A, Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARBOSA, G. **Ludicidade**. Acessado em: 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://doce-pedagogia.blogspot.com.br/2012/09/frases-e-citacoes-sobre-ludicidade.html>>.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: Vamos Brincar de Reinventar Histórias**. Brasília, 2012.

BOMTEMPO, E. **Brinquedo e Educação: na Escola e no Lar**. 1999, São Paulo. Psicologia Escolar e Educacional, v. 111.

BOMTEMPO, E. **Brincando se aprende: uma trajetória de produção científica**. 1997, São Paulo. Tese de Livre-Docência, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

CÓRIA-SABINI, M.;LUCENA, R. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil**. Scholar, 2004. Acessado em: 05 junho de 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=v2J0GsKT_K0C&oi=fnd&pg=PA7&dq=forma+que+introduzida+os+jogos+e+as+brincadeiras+na+sala+de+aula&ots=sxHkWOjdZo&sig=MosVGj-DEj5uuRQ8z7XhKWFPEw8#v=onepage&q&f=false>.

COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro, 2ª Ed. Zahar 2009.

ELKONIN, D. **Psicologia do Jogo**. São Paulo. Ed. Martins Fontes 2009.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. p.240 .

JESUS, A. **A importância dos jogos e brincadeiras para a criança**. GoogleAcademico, 2010. Acessado em: 05 junho de 2015. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Y0S20NykOf0C&oi=fnd&pg=PA1&dq=a+importancia+dos+jogos+e>>

+brincadeiras+para+acrian%C3%A7a+Ana+cristina+alves+de+jesus&ots=x4ukqCteXk&sig=GDnliVs2uSallkrXcJBY7zigl1w#v=onepage&q=a%20importancia%20dos%20jogos%20e%20brincadeiras%20para%20acrian%C3%A7a%20Ana%20cristina%20alves%20de%20jesus&f=false>.

KAMINSKI, A. **O Conselho Tutelar, A Criança e o Ato Infracional: Proteção ou Punição**, Porto Alegre, 1ª Ed. 2002.

KISHIMOTO, T. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**, 14ª Ed. Cortez, São Paulo. 2005.

KISHIMOTO, T. **O Jogo e a Educação Infantil**, 2ª Ed. Cengage Learning, São Paulo. 2011.

KUHLMANN, Jr. M. **Histórias da educação infantil brasileira**, Nº 14 Revista Brasileira de Educação, Fundação Carlos Chagas. São Paulo. 2000

LEAL, L.; ABUQUERQUE, E.; LEITE, T. **Jogos: alternativas didáticas para brincar alfabetizando (ou alfabetizando brincando?)**, 1ª Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2005

MORATORI, P. **Jogos Educativos No Processo de Ensino Aprendizagem?**, RIO DE JANEIRO, 2003

SCOTTINI, A. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Blumenal-SC, ED.Todolivro, 2009.

SANTOS, A. SILVA, E. **A Importância do Brincar na Educação Infantil**. MESQUITA, 2009. Acessado em 07 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafios-cotidianos/arquivos/integra/integra_SILVA%20e%20SANTOS.pdf>

SANTOS, M.P.S. **O Brincar na escola: metodologia lúdico-vivencial, coletânea de jogos, brinquedos e dinâmicas**, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

APÊNDICE



Faculdade **SANT'ANA**

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORA

Prezado (a) Professor (a)

O presente questionário integra o trabalho de conclusão de curso que tem como tema: **A importância dos jogos e brincadeiras para o processo de aprendizagem na educação infantil**, por tanto solicito a sua colaboração respondendo o questionário abaixo.

Solicito que o mesmo deverá ser entregue no dia ____/____/2016.

Agradeço desde já pela ajuda e compreensão!

Acadêmica: Thais Graziela Galvão

1-Como participante ativa do desenvolvimento de seu aluno, você considera importante a utilização dos jogos e brincadeiras dentro da sala de aula? Por quê?

2-Você utiliza jogos e brincadeiras em suas aulas? Em quais momentos?

3-Os alunos gostam da inserção dos jogos e das brincadeiras durante as aulas? Como eles se comportam?

4- Qual a frequência que você utiliza os jogos e as brincadeiras em sua sala de aula?

() 1 a 2 vezes por semana;

() 2 a 3 vezes por semana;

() 3 a 4 vezes por semana;

() Todos os dias.

5- Quanto a sua opinião em quais disciplinas os jogos e as brincadeiras são mais eficazes para a melhor compreensão e assimilação dos conteúdos?

6- Você percebe que os alunos aprendem melhor através do lúdico?

() sim

() não

De que forma?

7- Na proposta pedagógica da escola é contemplado os jogos e o brincar como instrumento de aprendizado dentro da sala de aula? De que maneira?

ANEXOS



Faculdade
SANT'ANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Nós, Analia Maria de Fátima Costa professora orientadora e Thais Graziela Galvão pesquisadores da Faculdade Sant'Ana, convidamos o (a) Senhor(a) a participar da pesquisa: A importância dos jogos e brincadeiras para o processo de aprendizagem na Educação Infantil.

O objetivo desta pesquisa é: Analisar a importância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

A sua participação será através de um questionário contendo 5 (cinco) perguntas abertas e 2 (duas) perguntas fechadas.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição de Ensino Superior Sant'Ana podendo ser publicados posteriormente e em nenhum momento seu nome será divulgado. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Alguns riscos podem relacionados ao estudo podem ser: por ser uma pesquisa qualitativa geralmente não existe desconforto ou riscos físicos ao participante. Neste caso, o pesquisador deixará claro que o participante que não precisa responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortado em falar, sendo assim, a presente pesquisa não apresentará riscos diretos ou indiretos aos sujeitos envolvidos.

Os benefícios esperados com essa pesquisa são: a contribuição dos jogos e brincadeiras como ferramenta auxiliar na aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

As pesquisadoras Analia Maria de Fátima Costa professora orientadora e Thais Graziela Galvão poderão ser encontradas respectivamente nos seguintes telefones: (42) 91316727 e pelo email: amfc.20@gmail.com e (42) 9901-12-55 ou (42) 3027-59-83, e pelo e-mail: thais_graziela_galvao@hotmail.com, responsáveis por este estudo poderão ser contatadas também na Faculdade Sant'Ana, endereço Rua: Pinheiro Machado, 189, pelo telefone (42) 3224-03-01 para esclarecer eventuais dúvidas que a Sra. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos –CEP/SANT'ANA pelo Telefone (42) 32240301. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimento científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizada. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.**

Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios e entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Nome e Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal) Local e data

(Somente para o responsável pelo projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou do responsável legal para a participação neste estudo.

(Nome e Assinatura do Pesquisador ou quem aplicou o TCLE)

Local e data

Obs: Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante da pesquisa.



Faculdade
SANT'ANA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ponta Grossa, 03 de março de 2016.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Analia Maria de Fátima Costa, responsável principal pelo projeto de conclusão de curso, operacionalizado pelo (a) acadêmico(a) Thais Graziela Galvão, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar este projeto de pesquisa no Colégio _____, na Turma do Infantil V para o trabalho de pesquisa sob o título A importância dos jogos e brincadeiras para o processo de aprendizagem na educação infantil.

Este projeto de pesquisa atendendo o disposto na Resolução CNS 466 de 12 de Dezembro de 2012, tem como objetivo: Analisar a importância da aplicação dos jogos e brincadeiras como ferramenta metodológica no interior da sala de aula. Os procedimentos adotados serão através de questionários contendo perguntas abertas e fechadas. Esta atividade não apresenta riscos por ser uma pesquisa qualitativa geralmente não existe desconforto ou riscos físicos ao participante. No entanto o participante poderá se sentir incomodado em responder alguma pergunta do questionário que julgue de cunho pessoal ou confidencial. Neste caso, o pesquisador deixará claro que o participante que não precisa responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortado em falar, sendo assim, a presente pesquisa não apresentará riscos diretos ou indiretos aos sujeitos envolvidos.

Espera-se com esta pesquisa, comprovar a contribuição dos jogos e brincadeiras como ferramenta auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento de crianças da Educação Infantil.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade Sant'Ana e pelos

pesquisadores Analia Maria de Fátima Costa pelo fone (42)91316727 e pelo email: amfc.20@gmail.com e thais_graziela_galvao@hotmail.com, pelos telefones (42) 9901-12-55 ou (42) 3027-59-83.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Autorização Institucional

Eu, responsável pelo Colégio _____ declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Conforme Resolução CNS 466 de 12/12/2012 a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.**

Informamos ainda, que é prerrogativa desta instituição proceder a re-análise ética da pesquisa, solicitando, portanto, o parecer de ratificação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos desta Instituição.

Pesquisador	Responsável pela Instituição
-------------	------------------------------

Pesquisador Participante
